



## **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)<sup>1</sup>**

Célia Regina Trindade Chagas Amorim<sup>2</sup>

Mariana Costa CASTRO<sup>3</sup>

Roberta Aragão MACHADO<sup>4</sup>

Ana Cruz de OLIVEIRA<sup>5</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do papel da Imprensa Alternativa na Amazônia durante a Ditadura Militar (1964-1985), tendo como foco o projeto geopolítico de ocupação do território implantado pelos militares. As ações e consequências de tal projeto, vinculado aos interesses do capital nacional e internacional, não passaram despercebidas pelos pequenos jornais que denunciaram os atos de violência contra os povos e os recursos da floresta. A imprensa alternativa, à época do regime ditatorial, foi um movimento importante na luta pela redemocratização do Brasil, por igualdade e justiça social. Os autores que irão subsidiar a presente reflexão são Paulo Bomfim, Costa Sobrinho, Bernardo Kucinski, Regina Festa, Raimundo Pereira.

**Palavras-chave:** Imprensa Alternativa; Ditadura Militar; Amazônia.

### **Introdução**

O projeto geopolítico de ocupação territorial implantado durante o período da ditadura militar (1964-1985) na Amazônia apresentou resultados predatórios que perduram até os dias de hoje. A política brasileira e, especificamente a desenvolvida pelos militares para a região, foi em consonância com o capitalismo nacional e internacional, o que nas palavras de Octavio Ianni (1986, p.19) significaram que os novos donos do poder estavam ratificando os compromissos assumidos com as forças imperialistas que participaram do Golpe de Estado de 1964.

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 17 a 19 de maio de 2012. Este artigo é resultante da pesquisa desenvolvida no projeto Mídias Alternativas na Amazônia, da Faculdade de Comunicação da UFPa.

<sup>2</sup>Professora Dra da Faculdade de Comunicação da UFPa, Coordenadora do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. Email: celia.trindade.amorim@gmail.com.

<sup>3</sup>Bolsista de iniciação científica do projeto – PIBIC – FAPESPA. Email: marianacocastro@gmail.com.

<sup>4</sup>Bolsista de iniciação científica do projeto – PIBIC – AF/UFPa. Email: robertaragao@gmail.com

<sup>5</sup>Bolsista de iniciação científica do projeto – PIBIC – FAPESPA. Email: annacameta@bol.com.br



A Amazônia, uma área de fronteira riquíssima pelo conjunto de sua biodiversidade e cultura, sempre despertou o interesse internacional como espaço de expansão e reprodução do capital. Para tanto, o governo militar instalou uma série de projetos que traçaram os modelos de exploração da região. Entre eles destacam-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), que consolidaram, de acordo com Paulo Bomfim (2010), o processo de povoamento da região entre os anos de 1971 e 1985.

As ações envolveram o deslocamento de contingentes populacionais, principalmente oriundos do Nordeste, que se instalaram, sobretudo, nos eixos das rodovias. Além da instalação de infraestrutura, como estradas, portos e fontes energéticas, a maior consequência do PND foi a instalação do projeto Polamazônia, que dividiu a Amazônia em diversos pólos de exploração agropecuária, extrativista e mineral.

Tal infraestrutura foi necessária porque a Amazônia era vista como um sertão “metodologicamente caracterizado como um estágio, de desenvolvimento pré-industrial, de larga extensão territorial, não homogênea, isolado geograficamente e ligado de maneira débil ao sistema econômico nacional”. (COSTA, APUD, BOMFIM, 2010, P15).

Frente a esta realidade, em 1960 foi inaugurada a rodovia Belém-Brasília. Ianni, corroborando com o pensamento de Bomfim, observa que a partir de 1966 redefiniram ou criaram-se agências federais com propostas e meios de atuação pública e privada na região. E, em paralelo com o extrativismo,

Criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicações, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (IANNI, 1986, p.60).

É importante ressaltar, entretanto, que os projetos não tinham a preocupação com políticas de proteção e desenvolvimento das populações nativas da região, como índios, ribeirinhos e seringueiros, as maiores vítimas desse modelo de ocupação na Amazônia. A questão da terra passou a ser visceral e, em uma região de difícil acesso, no período ditatorial, a presença de órgãos reguladores dos processos de compra e venda da terra era quase inexistente. Nesse momento, ações criminosas como grilagem de terra, regime de escravidão, desmatamentos e queimadas, ameaças de morte e assassinatos eram recorrentes.



[...] O processo civilizatório desencadeado na fronteira tinha como demiurgos ilustres empresários do centro-sul, que na cobiça pela terra se confundiam com grileiros, especuladores, carrascos, fraudadores, chefes de jagunços e pistoleiros. (...) A prática da grilagem de terras deixou de ser ato marginal e passou a ser praticada por austeros e respeitosos homens de negócios do centro-sul, muitos deles habituais frequentadores das colunas sociais e de listas de filantropos nos seus locais de origem. (COSTA SOBRINHO, 2000, p.37 e 38).

Assim, grileiros, latifundiários e empresários eram e são ainda os maiores beneficiários. Ianni chama a atenção de forma crítica que, vez ou outra, o poder público assume o compromisso de proteger as populações tradicionais. Entretanto, “o que tem prevalecido é a consolidação dos interesses de latifundiários e empresários. Em geral, o poder público age com base em uma economia política que favorece a empresa extrativista, mineradora, agrícola, pecuária, agropecuária ou agroindustrial”. (Ianni, 1986, p.142).

Uma cena comum no sertão amazônico - à época da ditadura e nos tempos atuais - por conta do favorecimento colonialista do Estado, é a obrigatoriedade da venda das terras de nativos a empresários, que ofereciam e, ainda oferecem, um valor irrisório; praticavam e ainda praticam violência como queima de casas, ameaça de morte e assassinatos dos que resistem a perversa ocupação na região. A exemplo de Chico Mendes, Irmã Dorothy Stang, Paulo Fontelles, etc. O caso mais recente foi o assassinato, em maio de 2011, do casal de sindicalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, na reserva extrativista Praialta-Piranheira (Nova Ipixuna-Pa).

Essas arbitrariedades passavam “despercebidas” pelas páginas da imprensa tradicional. Uma das soluções encontrada pelos grupos oprimidos e seus apoiadores para fazer conhecer a realidade amazônica foi a criação e desenvolvimento de jornais alternativos em suas comunidades.

### **Circunscrevendo o conceito de imprensa alternativa**

Antes de se adentrar na análise sobre o papel da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar, é necessário conceituar o que é esta importante imprensa. Bernardo Kucinski, autor de *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991), faz um importante levantamento de cerca de 150 jornais da imprensa alternativa no Brasil, no período de (1964-1980), nos seus mais diversos formatos, como *standard*, *ofício*, *tablóides*, *mini tablóides*.



Apesar da diversidade de propostas e tendências, alguns satíricos, outros políticos, feministas, ecológicos ou culturais, o que identificava o campo de atuação da imprensa alternativa era o combate “político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais” (KUCINSKI, 2001, p.6), mas também criticavam severamente o capitalismo e o imperialismo.

Os periódicos surgidos nessa época, como o *Pasquim*, *Em Tempo*, *Movimento*, ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. Na tentativa de circunscrever tais conceitos, o autor enfatiza que o termo nanico tinha relação direta com o formato tablóide de boa parte desta imprensa e foi disseminado por publicitários. “Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir da escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”. (KUCINSKI, 2001, p.5). Já o radical de alternativa

(...) contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado à políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos [1960] e [1970], de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (2001, p. 5, *grifo nosso*).

Outro autor que tem contribuído para o presente estudo é o ativista deste meio e jornalista Raimundo Rodrigues Pereira. Por meio do artigo intitulado *Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!* de 1986, Pereira faz questão de discordar de um tipo de pensamento muito difundido entre os ativistas e intelectuais da época da ditadura de que a imprensa alternativa vive em ambientes de exceção ou que esta serve de complemento corretivo da imprensa capitalista burguesa já que o poder estabelece um controle cerrado do sistema de comunicação (PEREIRA, 1986, p.34).

Para se entender a imprensa alternativa, na visão de Pereira, há que se levar em consideração o conteúdo político que esse termo adquiriu nos anos da ditadura militar e mesmo no período de redemocratização brasileira em que o sistema começa a conviver com a abertura política. Sob este aspecto, Pereira é categórico ao afirmar que a imprensa alternativa, expressão da média e pequena burguesia e dos trabalhadores, não possuía como uma única matriz a oposição política à ditadura militar, mas se contrapunha ao seu conteúdo antinacional e antipopular, a monopolização da economia, à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais (PEREIRA, 1986, p.56-57).



A imprensa político-partidária, popular e proletária que se estabelece após a abertura do regime militar, de acordo com Pereira, pode ser considerada como a herdeira dos jornais alternativos que lutaram veementemente contra o regime. Na visão do jornalista, esta imprensa tinha como responsabilidade não deixar que a luta dos populares contra a ditadura se transformasse em um acordo entre os grandes capitalistas permeada pela elite nacional e internacional.

Regina Festa, no texto intitulado *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa* (1986), faz uma análise das décadas de 70 e 80 do século passado sobre o fenômeno da comunicação relacionado às bases sociais (comunicação popular) e a relacionada ao nível médio da sociedade civil (comunicação alternativa). Trata-se, segundo Festa, de um fenômeno que se apresenta a partir do movimento das forças sociais e de sua capacidade de articular propostas políticas. (1986, p.10). Festa deixa claro que no Brasil todos os processos de comunicação sejam os relacionados às massas, ou os relacionados aos projetos alternativo e popular, “se desenvolveram nos últimos anos como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se com inovadoras formas de comunicação, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe”. (1986, p.10).

Os movimentos sociais, por exemplo, que se organizam a partir de projetos alternativos, têm origens segundo Festa, “nas contradições sociais que levam parcelas ou toda a população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder”. (FESTA, 1986, p. 11).

A definição de jornal alternativo para autora é de “espaços nos quais os grupos de oposição ou frentes políticas emitem uma corajosa condenação ao regime”. (FESTA, 1986, p.16) além de exercerem papel fundamental na difusão da informação, mesmo com limitações e dificuldades, já que imprensa tradicional encontrava-se refém do sistema ditatorial. Festa acrescenta ainda para a compreensão do fenômeno alternativo “a democracia interna, a formação de conselhos editoriais com a participação de representantes dos movimentos sociais.” (FESTA, 1986, p.17).

O pesquisador Pedro Vicente Costa Sobrinho, ao se referir ao jornal *Nós Irmãos*, em sua tese de doutorado intitulada: *meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental (Acre: 1971-81)* (2000) acaba por sintetizar parâmetros fundamentais para se entender o que foi o fenômeno da imprensa alternativa na Amazônia, durante a ditadura militar: “(...)veículo alternativo a serviço dos marginalizados, abrindo suas páginas para denunciar a violência; orientar as lideranças



da resistência dos trabalhadores; apoiar o trabalho educativo das CEBs, e até mesmo influenciando na organização dos movimentos sociais (...)"'. (COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente, 2000, p.12).

### **A comunicação como meio de resistência na floresta**

A imprensa alternativa na Amazônia durante a ditadura militar não se refutou da luta contra o autoritarismo imposto pelo regime, mas tinha como umas das principais missões o fato de se opor veementemente aos projetos de ocupação da terra na Amazônia, que colocavam a população em estado de permanente marginalidade e opressão.

Nas páginas de bravos pequenos jornais eram frequentes temáticas relacionadas a toda e qualquer depredação da Amazônia e aos impactos na vida de seus habitantes advindos da proposta político-econômica dos militares. Trabalho escravo em fazendas, invasão de terras indígenas, exploração de posseiros e seringueiros, a entrada do capitalismo no campo, expandindo os seus negócios, grilagem de terras, eram temas abordados pelos alternativos.

É importante ressaltar que nesse período a imprensa alternativa na Amazônia contava com a iniciativa de jornalistas que perderam espaço na imprensa tradicional por praticar o jornalismo cidadão, de denúncia e investigação. Era resultado também de parcerias com órgãos da sociedade civil e também com as comunidades do interior da Amazônia. Por exemplo, pode-se citar o *Bandeira 3* (1975), do jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto; o *Jornal Resistência* (1978), pertencente à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, ambos de Belém do Pará; e o jornal *Varadouro* (1977), fundado no Acre, pelos jornalistas Elson Martins da Silveira e Silvio Martinello. *Varadouro* contava com a participação de índios na feitura do jornal. Eis as capas dos alternativos *Bandeira 3*, *Resistência* e *Varadouro*.

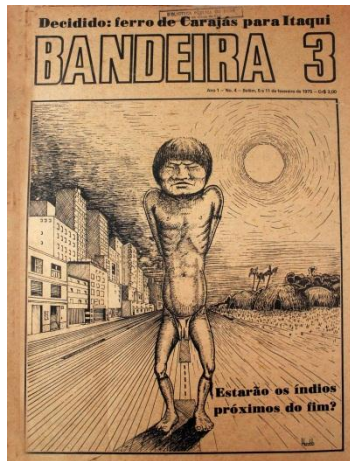


Figura 1: Jornal *Bandeira 3*.  
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará  
Foto: Roberta Machado (2012)



Figura 2: Jornal *Varadouro*  
Fonte: Costa Sobrinho, 2000.



Imagem 3: Jornal *Resistência*  
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará  
Foto: Roberta Machado (2012)

Alguns jornais, seguindo uma tendência nacional, utilizaram como linguagem o humor. Os alternativos *PQP – Um Jornal Pra Quem Pode* (1979) e a revista *GAFE* (1982) de Belém do Pará trabalhavam com a linguagem sarcástica e humorada para denunciar as arbitrariedades cometidas na floresta e na cidade. As universidades foram espaço de nascimento de diversos periódicos, principalmente dentro das Faculdades de Comunicação e Diretórios Centrais de Estudantes, como por exemplo, o jornal *Nanico* (1979), produzido por alunos de jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA).

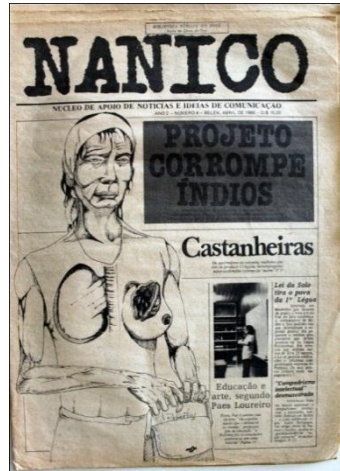


Imagem 4: Jornal Nanico.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará

Foto: Roberta Machado (2012)

Essa imprensa também foi caracterizada por jornais ou boletins que penetravam em áreas isoladas da região amazônica, e onde, por esse mesmo motivo, a imprensa alternativa foi o único meio viável de fazer ouvir denúncias das populações locais às autoridades e ao resto do país. Esses jornais eram, geralmente, de caráter comunitário, pois dependiam dos esforços de grande parte das populações marginalizadas, como posseiros, seringueiros e indígenas para se sustentarem. Muitos deles contaram ainda com a iniciativa das Comunidades Eclesiais de Base, que serviram de fonte de conscientização cidadã desse movimento. O boletim diocesano *Nós Irmãos* (1971), fundado pela prelazia de Acre e Purus, é um desses alternativos que contribuiu no fortalecimento da democratização da região.

### **Educação e cidadania nas Comunidades Eclesiais de Base**

Uma iniciativa recebeu, entretanto, maior destaque nesse movimento da imprensa alternativa à época da ditadura militar, especialmente nas áreas interioranas, a ação das Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs foram, nesse ambiente hostil e repressivo que se constituía a nova geopolítica amazônica, um “(...) espaço alternativo para o trato das questões sociais, oposição ao regime militar, defesa dos direitos humanos e, fundamentalmente, (...) espaço para que a voz das classes subalternas pudesse ser ouvida” (COSTA SOBRINHO, 2000, p.10).

Ainda segundo Costa Sobrinho, essas comunidades nasceram a partir de um conflito interno da Igreja Católica no Brasil. As contradições se iniciam no começo da década de 1960, durante o governo do presidente João Goulart. Nesse período histórico,





as classes mais baixas do clero, que estavam em contato direto com a população, apoiavam e trabalhavam em conjunto com as reformas sociais instituídas por Goulart, enquanto a alta hierarquia sentia-se ameaçada pelos ideais do presidente que, naquele momento, era tachado de comunistas pela elite nacional.

A situação se torna ainda mais divergente com a consolidação do golpe de Estado pelos militares. A elite clerical apóia a tomada do poder, refletido inclusive na realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (Costa Sobrinho, 2000). Já os membros das classes baixas da Igreja, que permaneceram no auxílio à população carente e lutas por seus direitos, passam a ser penalizados pelas novas autoridades, através de prisões, e até mesmo tortura e morte. Essas penalizações acabam por criar conflitos entre o governo militar e a Igreja Católica, em âmbito geral, gerando uma crise entre partes que antes se apoiavam.

A mudança definitiva é observada após a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín no ano de 1968. A Conferência de Medellín, ao definir a luta contra a injustiça e pela paz como frente de opinião, consolida a postura adotada pela Igreja dali por diante. “A opção pelos pobres, a opção pela libertação e a opção pelas Comunidades Eclesiais de Base passaram a ser incorporadas ao trabalho pastoral cotidiano” (COSTA SOBRINHO, 2000, p.48). A partir de então, as dioceses implementam ações sociais que buscam abrir espaço para a discussão e conscientização das populações em cada região. De acordo com Festa, a Igreja, a partir de Medellín, em 1968

[...] havia se colocado como tarefa pensar a realidade latino-americana à luz do Concílio Vaticano II, abre-se para o submundo. E transforma a opção preferencial pelos pobres em ação concreta. Alguns bispos assumem a temática de libertação do homem todo e de todos os homens e passam a apoiar as CEBs e todos aqueles que são vítimas da perseguição do sistema, independente do credo ou ideologia. (FESTA, 1986, p.15)

A iniciativa dentro das CEBs é educar o cidadão perante seus direitos. Na região amazônica, essa educação é voltada, sobretudo, à questão da terra, ensinando aos posseiros, seringueiros e indígenas a maneira correta de proceder diante de um conflito. Sobre os métodos utilizados nessas comunidades, Festa destaca a utilização da pedagogia do educador Paulo Freire. Nesse sentido a autora diz:



Esses centros [*tinham*, grifo nosso] papel fundamental na recriação de uma educação popular mais comprometida com o nível de consciência da classe subalterna. Desses centros, saiu toda uma produção de folhetos, cadernos de estudo, material para reflexão, cartazes, volantes, audiovisuais, filmes, programas de rádio, etc.(...) As reuniões, como explica Frei Betto, eram verdadeiros jornais falados, nos quais as pessoas expressavam a fé, discutiam o cotidiano, as lutas de reivindicação (...). O culto (...) era o único espaço onde se podia falar e comunicar fatos importantes à comunidade. (FESTA, 1986, p.18 e 19).

Um exemplo expressivo do papel desempenhado pelas CEBs é o já citado boletim *Nós Irmãos*, fundado no Acre em 1971. A experiência durou até 1981, com 108 edições. Segundo Costa Sobrinho, esse boletim diocesano apresentava além do forte conteúdo religioso, denúncias dos problemas sociais que assolavam a população, sobretudo relacionados a conflitos de terra. Uma de suas principais publicações foi o *Catecismo da Terra*, na edição de nº 12, ano 2, em dezembro de 1973, em que seus colaboradores instruíam as populações locais sobre seus direitos diante de suas propriedades e como proceder em caso de conflitos com grileiros e grandes fazendeiros. (Costa Sobrinho, 2000). O *Nós Irmãos* cumpriu não só o papel educativo e de apoio dessas comunidades oprimidas, mas foi o responsável pelo incentivo à criação de diversos projetos culturais e fundação dos sindicatos locais.

### **Resistência consolidada**

Na Amazônia, à medida que se adentra na década de 1980, as temáticas desses jornais passam a se voltar para as políticas públicas, o descaso social e as sequelas deixadas pelos PNDs e PDAs. O êxodo rural, causado pela ocupação de largas porções de terra por alguns poucos empresários, agora resulta em um inchaço populacional nas cidades. O crescimento desordenado gera milhares de periferias, com populações vivendo sem a mínima condição de saneamento. Em contrapartida, é nesse momento que se instalam os grandes projetos de caráter energético e minerador, os alternativos então passam a abordar temas voltados para as consequências desses projetos, sendo recorrente o uso da temática ambiental.

Frente a esta nova contextualização, surgem pós-ditadura militar, novos jornais alternativos como o *Jornal Pessoal*, de Lúcio Flávio Pinto, periódico que já perdura por longos 25 anos, na luta e defesa da floresta amazônica. Propostas alternativas que estão sendo analisadas pelo projeto Mídias alternativas na Amazônia, que tem como objetivo



a possibilidade de se investigar pequenas formas de comunicação importantes no processo de democratização da região.

### **Considerações Finais**

O fenômeno da imprensa alternativa no Brasil nos anos negros da ditadura militar (1964-1985) foi marcado, sobretudo pelo direito de comunicação, umas das principais bandeiras de luta que os pequenos jornais, a grande maioria de caráter político-cultural, travaram contra o Estado autoritário.

Na Amazônia, essa imprensa não só constituiu um movimento de resistência ao regime imposto, obedecendo ao caráter de denúncia dos alternativos nacionais referentes a violações dos direitos humanos, como foi instrumento de luta contra as ações e conseqüências dos projetos de ocupação territorial na região. Também contribuiu na educação das populações locais, através de projetos culturais. Além disso, os alternativos se constituíram em elemento estratégico de comunicação para a construção da redemocratização do país.

É importante observar a participação das comunidades na fundação da imprensa alternativa amazônica. Além de jornalistas e universitários, índios, seringueiros, posseiros, dentre outros, tiveram uma forte atuação nesse movimento. Há também que se destacar a presença da Igreja Católica, uma grande aliada da imprensa alternativa no combate à repressão e às injustiças praticadas pelos novos proprietários de terras.

Registra-se ainda a articulação dos movimentos sociais na região. Em parte, sob influência das próprias CEBs, que apoiavam, através da educação cidadã, a fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadores e associações comunitárias dentro de pequenos grupos interioranos. Também foi intensa a manifestação nas universidades, berços de diversos jornais de caráter alternativo.

A partir da segunda metade da década de 1980, observa-se que, na realidade, o que se chamou de fim ou decadência da imprensa alternativa à época da ditadura militar, se constituiu na transformação dessa importante forma de comunicação. Não só ocorre a mudança de temáticas, agora voltadas à cidadania, como também de formatos, principalmente com a rede mundial de computadores. Muitos alternativos de papel estão na internet ampliando o debate e o público. E o que era imprensa alternativa, passa agora a chama-se de mídia alternativa, dada a possibilidade de abrigar as mais diversas formas de comunicação cidadã.



## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento uma reportagem**. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Fronteira Amazônica e Planejamento na Época da ditadura militar no Brasil: Inundar a Hileia de Civilização?**, 2010.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)**.2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.

FESTA, Regina & LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **A comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulina, 1986.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura – O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Eccentric Duo, 2001.

PEREIRA, Raimundo. **Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!...**.in: FESTA, Regina & LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **A comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulina, 1986.

RIBEIRO, Luiz salgado. **Posseiros negam incitação**. *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1976. São Paulo, p.18.in: IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura – O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

## FONTES UTILIZADAS PARA AS FIGURAS

COSTA SOBRINHO. **JORNAL VARADOURO**. Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81), 2000.

MACHADO, Roberta **JORNAL BANDEIRA 3**. Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará.Foto: Roberta Machado. Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. (2012)

MACHADO, Roberta. **JORNAL RESISTÊNCIA**. Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará. Foto: MACHADO, Roberta. Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. (2012).

MACHADO, Roberta. **JORNAL NANICO**. Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna/ Obras do Pará. Foto: MACHADO, Roberta. Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. (2012).